

## O CONSERVADORISMO COMO VIA PARA A MODERNIDADE

*Francisco Carlos Teixeira da Silva\**

### RESUMO:

O artigo pretende uma revisão do conceito de conservadorismo, em especial negar a visão dominante, surgida com Karl Mannheim, do conservadorismo enquanto ideologia reativa, anti-racionalista e herança de uma sociedade de Antigo Regime. Pretende-se, assim, destacar o papel do conservadorismo como uma das vias de formação da modernidade e conforme suas exigências técnicas.

Foi CHATEAUBRIAND quem cunhou, com seu sentido político atual, a expressão *conservador*: procurava, então, definir uma postura militante, e para ele positiva, de reação clerical e política às consequências da Revolução Francesa.

Seu uso, já nos anos iniciais de 1830, ganhou expressão universal, com largo sucesso na Inglaterra e na Alemanha. Ao mesmo tempo, quanto mais se alargava o emprego da noção, e com isso o espectro de idéias, posturas e comportamentos que encobria, mais indefinida e vaga se constituía enquanto conceito. Assim, surgia uma forte tensão entre a prática política, dita conservadora, e o conceito de conservadorismo, como viria a ser operado nas nascentes ciências sociais.

Em face a tal indiferenciação Karl MANNHEIM debruçou-se sobre a questão através de um artigo, escrito em 1927, que torna-se-ia uma referência obrigatória e até os nossos dias - para o bem e para o mal - não superado<sup>1</sup>. A preocupação central de MANNHEIM era estabelecer as bases teóricas de como operava o pensamento conservador, superando de vez a ambiguidade, e amplidão, indevida do termo.

MANNHEIM parte de uma postura teórico-metodológica explícita,

---

\*Professor Titular de História Moderna e Contemporânea *TEMPO/IFCS/UFRJ*. Para contatos e intercâmbio E-Mail: [Tempo@ifcs.ufrj.br](mailto:Tempo@ifcs.ufrj.br).

utilizando o conservadorismo enquanto objeto-piloto de sua análise. Tal comportamento inscreve-se com clareza no programa de trabalho por ele desenvolvido e direcionado para a sociologia do conhecimento, obrigando-o previamente a definir e discutir os critérios de sua análise. Antes mesmo de se constituir em um texto clássico sobre o pensamento conservador, o texto de MANNHEIM é um marco na História das Idéias<sup>2</sup>.

Partindo de um suposto *estilo de pensamento*, ou seja, grandes formações que crescem, se desenvolvem, fundem-se e/ou desaparecem - procurava historicizar as idéias, ou na expressão original, *die geistige Gebilde*, as formações espirituais. Mas, as idéias não eram algo em si, auto-explicáveis:

*"...a chave para a compreensão das mudanças nas idéias deve ser encontrada nas circunstâncias sociais em mudança, principalmente no destino dos grupos ou classes sociais que são portadores [traeger] desses estilos de pensamento"*<sup>3</sup>

MANNHEIM inseria-se, assim, decididamente numa vasta tradição intelectual alemã, então com cem anos de existência, de buscar no contexto as explicações necessárias para a compreensão de um *estilo de pensamento*. Muitas vezes chegara a um verdadeiro paralelismo entre pensamento e vida social, observando que o destino dos grupos sociais está refletido claramente nas menores mudanças que se dão em um *estilo de pensamento*<sup>4</sup>.

Utilizando tal análise "sociológica" do pensamento, MANNHEIM propõe uma abordagem histórica das circunstâncias sociais, do surgimento do conservadorismo. Para ele, o conservadorismo surgirá, assim, como uma ideologia defensiva face aos sucessos desintegradores [da antiga sociedade] provocados pela Revolução Francesa, retomando a tradição de Edmund BURKE. Assim, o conservadorismo é a contraproposta das "idéias de 1789":

*"...sob a pressão ideológica da Revolução Francesa se desenvolveu na Alemanha um contra-movimento intelectual que reteve seu caráter puramente intelectual por um longo período e assim foi capaz de desenvolver suas premissas de forma a mais extensa possível"*<sup>5</sup>.

Definia-se, desta forma, o conservadorismo como uma ideologia reativa e, ao mesmo tempo, a Alemanha como o **topos** privilegiado para sua análise.

O conteúdo ideático do conservadorismo seria, assim, definido por oposição à matriz das "Idéias de 1789". Tratava-se, pois, de uma reação ao Iluminismo, entendido aqui como a representação intelectual do *capitalismo burguês*<sup>6</sup>. Ora, a *AUFKLAERUNG*, a Iluminação, havia erguido como temas básicos de sua argumentação um corpo de idéias bastante caracterizadas, como

a doutrina do *estado de natureza*, o contrato social, a decorrente soberania popular e a existência inalienável de direitos do homem ( à vida, à propriedade, à liberdade, à felicidade, etc...). Em suma, a argumentação iluminista se concentra em torno da origem, extensão e características do pacto social, residindo aí, de um lado, a origem da Teoria Social moderna (MONTESQUIEU, LOCKE, ROUSSEAU ) e, de outro, do pensamento político moderno ( Liberalismo, Socialismo e Comunismo ).

Enquanto contra-movimento o conservadorismo deveria produzir uma explicação inversa, com uma teoria social anti-contratualista, e um pensamento político consequentemente anti-igualitário.

Para MANNHEIM o cerne do pensamento conservador se agrupa em torno dos seguintes pontos: (i) a descrença na Razão como guia e metro da experiência humana, o que levaria a uma profunda desconfiança em relação a qualquer abstração *ahistórica* e (ii) a compreensão da sociedade enquanto um organismo vivo, enraizado *num solo e sob um céu* - como era afirmado na cara expressão do romantismo alemão -, o que impossibilitaria a transferência de experiências históricas. Recusava-se, ainda, e em decorrência dos dois supostos anteriores, o atomismo social - base da visão liberal ( de acordo com a crítica anti-liberal ) da sociedade como uma reunião de indivíduos - e a existência de direitos *naturais*, posto que estes estariam determinados pela experiência e pela tradição, não existindo, desta forma, nada de *natural* ou *a priori* no Direito dos Homens.

De um ponto de vista geral, como uma grande aproximação, o *estilo* conservador de MANNHEIM descreve bem o que tradicionalmente chamamos de *conservadorismo*. Entretanto, quando nos aproximamos mais detalhadamente das fontes consideradas pelo autor instaura-se uma certa perplexidade. Os autores citados, como formuladores de um pensamento conservador na primeira metade do século XIX na Alemanha, como HEGEL, MUELLER, STAHL, MÖSER e RANKE, apresentam tantas e tamanhas diferenciações entre si que somos levados a nos questionar sobre de *um* conservadorismo?

O próprio MANNHEIM, argutamente, percebe a dificuldade, que é, então, rapidamente debitada à dinâmica social, o que deveria reforçar seus pressupostos contextualizantes da idéia de *estilo de pensamento*. Mas, a própria metodologia proposta, com sua apreensão histórico-sociológica, depõe contra tal explicação, particularmente, a questão se complexifica quando se introduz, ao longo do ensaio, o conceito de *Direita*, enquanto sinonímia de conservadorismo<sup>8</sup>. Neste sentido, o próprio autor trata de diferenciar do conservadorismo, seu tema básico, um *tradicionalismo*.

Enquanto o conservadorismo expressaria circunstâncias sociais

historicamente definidas, o tradicionalismo, retomando uma análise de WEBER, seria a expressão de um comportamento natural, instintivo e psicológico. Assim, não seria de admirar encontrarmos *tradicionalistas de Direita e de Esquerda*<sup>9</sup>. Ocorre que, nos textos básicos formuladores do pensamento conservador, com BURKE à frente, tradição assume um papel bastante específico e, mesmo, fundamental para a compreensão do conservadorismo. Assim, as fantasias *medievais* de MÖSER ou HALLER dificilmente poderiam ser comparáveis ao elogio do sistema britânico de governo feita por BURKE ou RANKE. Particularmente grave é uma certa confusão, já num texto posterior de MANNHEIM, entre as propostas *regressistas* (em direção a uma sociedade de *Ancien Régime* ou, ainda mais complicado, a uma sociedade de caráter estamental e corporativo ainda anterior ao Absolutismo) de cunho religioso e abertamente clericalistas, como nos irmãos SCHLEGEL e GERLACH. Grande parte do conteúdo de tais proposições, extremamente populares nas áreas católicas da germanidade ( como a Baviera e a Áustria ) irá influenciar fortemente as formulações, no final do século XIX, de uma *doutrina social da Igreja*.

O conjunto de tais posições reunido numa só rubrica de conservadorismo cria mais confusão do esclarecimento, trazendo o risco de um retorno a um momento em que o conservadorismo, para além de categoria das ciências políticas, impunha-se como frente única política de reação face às *Idéias de 1789*.

Ao mesmo tempo, MANNHEIM afirma a impossibilidade, enquanto ideologia reativa, do conservadorismo gerar sua própria utopia. Contrariamente ao liberalismo e ao socialismo, ambos formuladores de utopias perfeitas e, conseqüentemente, do fim da História, o conservadorismo se definiria como o pensamento satisfeito com o *aqui e o agora*<sup>10</sup>. Ao conservadorismo cabia a defesa da sociedade existente, com a qual se declarava solidário, o que portanto eliminava a possibilidade da construção de grandes sistemas utópicos que apontassem para um futuro melhor.

Na mesma linha de raciocínio caminharia Robert NISBET, onde tais questões surgem ainda mais empobrecidas<sup>11</sup>.

Ora, os mesmos autores paradigmaticamente analisados, como por exemplo Justus MÖESER, trabalham claramente com a noção de *fantasia* que, aliás, é o nome de uma das obras mais importantes do período. As visões, no mais das vezes “inspiradas”, da Idade Média - com a idealização, de um lado, de uma sociedade estamental, organizado corporativamente e sem lutas de classes ( vetor anti-socialista ) e, de outro lado, solidária e orgânica e sem a atomização e anomia do indivíduo ( vetor anti-liberal ) - não seriam *utopias*? Poder-se-ia, sempre, argumentar que utopias são visões de futuro, como o faz

MANNHEIM. Politicamente, de um ponto de vista hodierno, é assim. Historicamente, não. Na sua acepção original, com Thomas MORE, a utopia é um mundo paralelo, real e do tempo presente. Sua existência serve de contraponto exato para se falar de um presente e, reconhecidamente, as características ideais da ilha de Utopia são contrapostas ao que MORE considerava nefasto na ilha da Inglaterra.

A Utopia com caráter de descrição da sociedade do futuro tornar-se-ia uma *verdade incontestada* com a caracterização feita por Karl MARX do pensamento social de SAINT-SIMON, FOURIER e OWEN<sup>12</sup>. Mesmo aí, MARX não cosenguirá operar uma cesura definitiva entre *passado e futuro*, posto que as utopias que descrevem a sociedade ideal são todas, a seu ver, *reacionárias*:

*"A literatura revolucionária que acompanhava esses primeiros movimentos do proletariado teve forçosamente um conteúdo reacionário"<sup>13</sup>.*

ou ainda

*"Eis porque, se, em muitos aspectos os fundadores desses sistemas eram revolucionários, as seitas formadas por seus discípulos são sempre reacionárias, pois se aferram às velhas concepções de seus mestres..."<sup>14</sup>*

Em MARX, neste texto, *reacionário*, como veremos mais à frente, liga-se a uma visão de elogio do passado em termos de "Idade do Ouro", uma espécie de doença infantil das revoltas populares antes da organização da classe operária. Assim, aqueles que classicamente serviriam de paradigma para a construção das utopias, tinham no passado a matéria-prima de seus sonhos do futuro. A maioria dos estudiosos passaram a adotar (com, contra ou apesar de MARX) tal modelo de utopia. Assim, constituiu-se, inclusive em MANNHEIM, uma visão unilateral de utopia, de forma alguma amparada no que seria o modelo inicial, conforme o proposto por Thomas MORE.

Doravante Utopia referir-se-ia, exclusivamente, ao futuro. Se assim o for, e contra tudo o que argumentamos anteriormente, de fato o conservadorismo não teria utopias. Estas residiriam inequivocamente num tempo futuro, numa terra do *por-vir*, transferindo para um amanhã, agora terreno, o reino da felicidade e da fartura.

Tanto MANNHEIM como NISBET, entretanto, concordam que o *tempo conservador* é outro que o *tempo liberal*. Enquanto o tempo aparece desmembrado, partido e atomizado no pensamento liberal, com vagas sucessivas que tomam seu sentido na relação com uma idéia que terá sua certa e inexorável

realização no tempo que se desprende de todos os outros tempos, representando o fim de sucessivos estados temporais: no pensamento conservador o entendimento do tempo só é possível no momento em que percebe o passado que existe no presente, a aliança indestrutível entre as épocas, numa sucessão infinitas e sempre atuais de *jetztzeit*, de *tempos do agora*. Desta forma, o futuro nada mais é do que o resultado da aliança entre mortos, vivos e não-nascidos ( para recuperarmos uma expressão de BURKE ) e, nunca, um rompimento com o que ficou para trás<sup>15</sup>. Assim, a construção utópica do passado é um elemento fundamental da possibilidade do presente e única condição de pensar o futuro. A questão torna-se, desta forma, tática: se renego devo necessariamente construir no futuro mas, se venero o passado, a única garantia do presente, é construí-lo à imagem da minha vontade sobre o passado. Neste sentido, as premissas de MANNHEIM/NISBET apresentam-se redutoras e, simultaneamente, contraditórias, posto insistir num tempo liberal diferente do tempo conservador (ou mesmo, de ver o tempo como liberal) e medir por este tempo liberal o sentido conservador de devir. NISBET insiste, em relação aos conservadores, na volta ao passado e nega, simultaneamente, a possibilidade de construção teórica de uma visão de mundo no interior do pensamento conservador:

*“Os princípios do conservadorismo filosófico trazem tão simplesmente um retorno aos postulados de tipo cosmológico-religiosos fundamentais da cultura medieval”<sup>16</sup>.*

Ora, que *cultura medieval* é esta? As *fantasias* de MÖSER e GOERRES, ou , em escala europeia, o universo de Walter SCOTT, HUGO ou HERCULANO? São exatamente estas obras que trazem um verdadeiro culto à Idade Média, uma idealização profunda e desprovida de qualquer apoio documental, de um mundo harmônico, guiado pela fé e pelo afeto, marcado por heróis pálidos, perdidos em bosques de plátanos e carvalhos, como nos quadros de Caspar David FRIEDRICH. Na Alemanha, HEINE mostrará claramente que o culto do gótico encobre um projeto político, de tipo estamental e aristocrático, simultaneamente anti-liberal e anti-absolutista. A Idade Média, com seus princípios de ordem, autoridade e harmonia, surgia como uma utopia contrária à utopia liberal, base e arsenal de onde se sacavam as armas para a luta contra a maré montante do liberalismo. Para esta corrente política cabia reafirmar as autoridades locais, negar a construção de uma entidade alemã supra-regional, colocando-se claramente ao lado das pretensões austríacas de manutenção de uma Alemanha de sábios e poetas, distante do projeto nacional-liberal, onde aparecia uma Alemanha de industriais e militares. Grande parte de tais idéias formara o futura arsenal do clericalismo e do conservadorismo

ultramontano, na Áustria, na França e na própria Alemanha. Assim, de forma coerente a utopia conservadora é construída no passado, pois o futuro nada mais é do que o desdobrar da História.

Alguns poderiam argumentar que tratar-se-ia, no caso, bem mais de um mito - da sua construção - do que de uma utopia. A bem da verdade, são tais mitos da *Idade do Ouro Perdida* que informam as utopias, mesmo as progressistas. Seria possível a construção da sociedade sem classes no futuro sem a idéia da sociedade sem classes - a comuna primitiva - no passado ?

Tais questões levam, necessariamente, a um outro ponto recorrente na análise do pensamento conservador: a questão do papel atribuído ao passado. NISBET afirma que o objetivo último do conservadorismo seria a *anexação dos dogmas religiosos ao poder temporal do Estado* e, necessariamente, a instauração de uma teocracia<sup>17</sup>. Ora, a quem se referem tais assertivas? De forma alguma ao conservadorismo britânico do final do século XVIII e começo do XIX, absolutamente laicizado, senhor de uma releição de Estado mecânica e exteriorizada consubstanciada na Igreja Anglicana; também não serviria para HEGEL, caracterizado como conservador, e muito menos para RANKE. Para os ingleses era evidente que o universo havia sido dessacralizado e a questão religiosa se apresentava com o pudor do *bom-tom*. Para HEGEL e RANKE a questão principal residiria numa retomada de MAQUIAVEL, controlada e temperada na tradição. Quem são, então, os conservadores de NISBET e MANNHEIM? As citações recaem em DE MAISTRE, BONALD e STAHL. Aqui chegamos a um ponto fundamental: a necessidade de diferenciação no interior do chamado *conservadorismo*.

VON DER GABLENTZ embora concordando com MANNHEIM, que somente ao ser questionada coube à ordem uma racionalização conservadora, procurava avançar a questão. Distingue, então, ao menos, três situações diversas no conservadorismo: legitimistas restauradores, reformistas conservadores e reacínários<sup>18</sup>.

Na análise de VON DER GABLENTZ, largamente tributária da obra do historiador austríaco RITTER VON SRBIK, os *legitimistas* aparecem divididos em dois grupos: *legitimistas institucionais* e *legitimistas feudalizantes*. Os primeiros eram defensores da ordem anterior a 1789, propunham a continuidade institucional e dinástica e, como tal, desempenham um papel chave no Congresso de Viena; já os últimos propunham um recuo maior, com o retorno à situação anterior à primeira "revolução": anterior ao Estado Absoluto de feição iluminista. Considerava-se, aqui, as próprias dinastias legítimas, anteriores a Napoleão, como usurpadores, no sentido de terem assumido os programas reformistas dos filósofos, ou seja, do Iluminismo. A legitimidade residiria na tradição corporativa-estamental anterior ao Despotismo Esclarecido.

Tais conservadores formarão no plano estético, filosófico e histórico, ao lado dos românticos *regressistas*, defensores de uma Idade Média idealizada em torno das noções estamentais de Estado. HALLER, MÖSER, GOERRES, os GERLACH serão grandes nomes desta corrente. De qualquer forma, ambas as correntes estão unidas política e filosoficamente na recusa ao racionalismo iluminista e a qualquer forma de constitucionalismo, posto que o Estado se funda sobre a ação de grandes personalidades. Em seu conjunto poder-se-ia falar de *restauradores*, já que almejavam o restabelecimento de formas sociais e políticas que não mais existiam. Devemos destacar, com precisão, a forte componente católica no interior desta corrente, em especial no anseio por uma restauração de uma cristandade estamental e agrária.

O conservadorismo reformista ligava-se, por sua vez, claramente à ação da monarquia absoluta, ao ideal de um Estado munido dos meios e da capacidade de conduzir a sociedade, sem a ditadura da burocracia e sem a ditadura da soberania popular. Um modelo intermediário, paternalista, e de difícil observação histórica<sup>19</sup>. Por fim, a Reação, caracterizada pelo oportunismo da classe dirigente ( não se fala em classe dominante ) e do seu temor face à qualquer mudança:

*"O reacionário não tem nenhuma relação com a História. Do seu desenvolvimento nada lhe interessa. Mas, ele não deve também se entusiasmar pelo passado. A ordem existente não deve ser perturbada, pois é, ao menos, ordem. Ela serve aos interesses dos poderosos e justifica esses mesmos interesses, que correspondem à ordem e ao equilíbrio. Movimento é sempre suspeito, pois fundamentalmente é desordem (Unordnung). O reacionário vive no presente e teme todo movimento, inclusive a Restauração"*<sup>20</sup>

Ora, tal análise, por maior que seja o mérito de buscar uma certa historicidade, acaba por dissolver seu objeto. Enquanto para MANNHEIM/NISBET todos são conservadores, para GABLENTZ, na prática, ninguém é conservador<sup>21</sup>.

Com o risco de chamar o diabo para rezar a missa poderíamos dizer, com Alan de BENDIST - o chefe de fila da Nova Direita francesa -, que se permitiu o domínio dos *mitos incapacitantes*, através dos quais se engloba sob o mesmo rótulo as mais diferentes tendências de pensamento<sup>22</sup>.

Se, as diferenciações propostas por GABLENTZ padecem de incorrigível artificialismo, a iniciativa é, em si, louvável. Já MARX, diferenciando correntes políticas e intelectuais, havia distinguido entre *conservadorismo* e *reacionarismo*.

MARX vincula o reacionarismo com a aristocracia feudal, batida pela burguesia em ascensão, e incapaz de *travar uma luta política séria*- daí, travarem sua guerra perdida no domínio literário:

*"Se por vezes, a sua crítica amarga, mordaz e espirituosa feriu a burguesia no coração, sua impotência absoluta de compreender a marcha da história moderna terminou sempre por um efeito cômico"*<sup>22</sup>.

Neste grupo, como reacionários, incluíam-se os legitimistas franceses, restauradores alemães e certa intelectualidade inglesa reunida em torno de Thomas CARLYLE. Indo mais além, MARX lembra que o processo de modernização não isolou apenas a aristocracia fundiária. A pequena burguesia e o campesinato constituíam-se em *fração complementar da sociedade burguesa que se reconstitui incessantemente*<sup>23</sup>. Face a expansão capitalista vêem-se isolados e condenados, reagindo com acrimônia ao novo. Assim, esperam restabelecer as *antigas relações de propriedades e toda a sociedade antiga*, ou, bem ao contrário, forçar o novo a conformar-se às antigas relações de propriedade:

*"Num e noutro caso, esse socialismo é ao mesmo tempo reacionário e utópico"*<sup>24</sup>

De qualquer forma o alvo principal da luta de ambos os segmentos reacionários, o aristocrático e o popular, é a modernização burguesa.

Conservadorismo, por sua vez, é visto como uma forma de pensamento moderno e, malgrado a antipatia devotada ao mesmo por MARX, pensamento implicado com o progresso:

*"Querem a sociedade atual, mas eliminando os elementos que a revolucionam e a dissolvem. Querem a burguesia sem proletariado. Como é natural, a burguesia concebe o mundo em que domina como o melhor dos mundos"*<sup>25</sup>.

Ora, estamos aqui face a dois procedimentos interessantes: (i.) a diferenciação operacional dos conceitos conservador e reacionário e (ii.) o deslocar do pensamento conservador para o campo da modernidade, bem ao contrário do procedimento de inúmeros críticos liberais do século XX. Evidentemente, e para um certo desconforto de MARX, o liberalismo deslocava-se simetricamente mais à esquerda, o que era, enfim, real nos anos de 1847 e 1848.

MARX não está só na caracterização do conservadorismo como um

pensamento inscrito na modernidade. W. RIBHEGGE, cientista político alemão, caracteriza o conservadorismo como vertente política burguesa, tanto em 1848 como em 1918<sup>27</sup>. Da mesma forma, o historiador M. VALJAVEC reage contra a caracterização do conservadorismo como uma ideologia reativa, criada em função da Revolução Francesa. VALJAVEC concebe o conservadorismo como uma força ativa, já em ação em pleno século XVIII, contrapondo-se ao Iluminismo de cunho materialista e radical. Assim, poder-se-ia falar em um “Iluminismo conservador”<sup>28</sup>.

A relação entre o Iluminismo e o Conservadorismo já fora destacado, em artigo pioneiro de 1912, por Adalbert WAHL. Dedicando-se a análise da obra de MONTESQUIEU, WAHL mostra como a relação entre Direito, condições naturais (“o clima e o céu”) e a tradição são elementos fundamentais na constituição dos regimes políticos. Da mesma forma, tais especificidades desaconselhariam qualquer tentativa de imposição de regimes, devendo-se pois, respeitar a originalidade dos povos, que emprestam seu espírito aos regimes sob os quais vivem<sup>29</sup>.

Samuel HUNTINGTON nos apresenta uma proposta interpretativa próxima quando, por exemplo, nos fala em um conservadorismo já no século XVII. Ai, na luta contra o avanço da centralização absolutista, muito antes do liberalismo problematizar o Estado, estariam as origens do pensamento conservador. Trata-se de uma formulação pluralista-medieval, com seu fulcro nos corpos intermediários da sociedade, como as corporações e as cidades. MONTESQUIEU teria captado largamente tal movimento e centraria a defesa dos *Parlements* provinciais na importância dos corpos intermediários<sup>30</sup> e como um antídoto aos excessos da centralização monárquica. Assim, a crítica de MONTESQUIEU ao absolutismo fundamentaria muito mais o nascente pensamento conservador do que constituir-se-ia em pilar do liberalismo.

A questão aqui existente seria evitar uma caracterização muito forçada das oposições existentes entre Iluminismo/Conservadorismo - compreendendo este último seu viés romântico e historicista. É assim que Steve SEIDMAN observa a tentativa monopolista de liberais, do século XIX e do século XX, em opor às Luzes tudo que não se inscrevesse claramente no seu ideário<sup>31</sup>. O Iluminismo seria necessariamente racionalista, abstrato, sintético e progressista. Ao mesmo tempo, dá-se um gigantesco esforço em identificar os críticos do racionalismo abstrato - e, *note bene* não necessariamente de todo o Iluminismo - com o anti-progresso, com as continuidades imóveis e, então, com uma história noturna e pessimista. Ora, os principais pensadores do início do século XIX - como BURKE, RANKE e HEGEL - se, não são devedores da ideologia do progresso, são, por seus métodos, racionalistas, críticos e apontam claramente para uma História em movimento. O desconcerto em insistir em tais dicotomias

absolutas levará BAUMER a falar em um *neo-iluminismo* na primeira metade do século XIX, na exata medida destes autores<sup>32</sup>. Os métodos das Luzes, em especial a linguagem do racionalismo - com a crítica aos textos e o aprofundamento da Hermenêutica - nos mostram que o Iluminismo não era único ou monolítico. Em larga escala, a reação romântica e historicista é dirigida contra a imposição da ideologia do progresso, ou, ao menos, a um determinado conteúdo da idéia de progresso, contudo em sua crítica à própria noção de progresso não abre mão dos métodos racionalistas e da análise crítica fundamentada numa Hermenêutica iluminista. Não é gratuito o apego de RANKE à crítica do texto, cabendo ao mesmo a criação do moderno *seminário*, enquanto método de estudo.

O progresso, enquanto movimento linear em direção às idéias da fraternidade burguesa e do mercado auto-regulável, será recusado veementemente por românticos e historicistas. Ora todo o Iluminismo poderia ser reduzido a idéia de progresso? São os que pensam assim que promovem, de forma, unilateral a filiação ao Iluminismo do liberalismo, do socialismo e do comunismo, como as únicas vias abertas da modernidade. O conservadorismo seria, não só oposição, como estaria, ainda, encerrado no passado, uma luz negra iluminando uma História noturna. Muitos não hesitarão em buscar aí as origens do totalitarismo, esquecendo-se que no Estado-máquina de Frederico da Prússia, ou no *Staatsspolizei* de Luís XIV e do Marquês de Pombal as ações do Estado invadiam as dimensões metapolíticas da sociedade<sup>33</sup>.

O debate, de qualquer forma, ainda é intenso: à tese tradicional, da dicotomia radical aliam-se TROELTSCH, MANNHEIM, NISBET e BRUNSCHWEIG com sua absurda noção de *trahison des clercs*; do outro lado, não só pensando continuidades, em especial de métodos, mas, fundamentalmente numa filiação única, teríamos CASSIRER - que deveríamos voltar a ler -, DILTHEY, MEINECKE, Peter GAY e SEIDMAN. Numa posição especial, toda bordada de detalhes e valorizando as antinomias originais, estaria Paul HAZARD.

Malgrado as diferenças, e elas existem, estaríamos repondo no corpo da tradição do Ocidente, as grandes correntes de pensamento vinculadas por continuidades e oposições ao Iluminismo, como nas antinomias de DILTHEY<sup>34</sup>.

Assim, MONTESQUIEU poderia facilmente ser apropriado por liberais e historicistas; VOLTAIRE emprestaria o método crítico à historiadores liberais e conservadores e ao ROUSSEAU do CONTRATO SOCIAL poder-se-ia sempre opor o ROUSSEAU do DISCURSO SOBRE A ORIGEM DA DESIGUALDADE, ponto de inspiração de uma História original dos povos, e nada devedor neste contexto de HERDER.

Em especial, a presença de MONTESQUIEU recobre as fontes do

pensamento conservador, marcando uma oposição nítida ao Estado-Máquina provido da filosofia iluminada - numa época em que a burguesia ainda não era oposição. Neste sentido, a exigência de uma partilha, pela sociedade, dos atributos da soberania é uma exigência comum. Para os conservadores, bem ao contrário do liberalismo, terá um significado muito particular, Günther BARUDIO dirá que o objetivo de tal movimento era a defesa das *Libertäre Verfassunge*, as constituições libertárias de origem medieval<sup>35</sup>. Liberdade, aqui, era a expressão da conservação dos privilégios, leia-se autonomias, dos corpos estamentais face ao avanço da autoridade régia. Neste sentido, é importante marcar a origem e conteúdo diferenciado do conceito liberdade. Enquanto no pensamento liberal refere-se à esfera de ação do indivíduo, no pensamento conservador liberdade é concebida como a garantia da autonomia dos diversos corpos sociais, no interior dos quais - e, só aí - os indivíduos se qualificam. Fora de tais corpos não há liberdade, posto que a atomização do indivíduo é a desordem.

Kurt VON RAUMER utilizando-se recursos do idioma alemão contrapõe uma *Korporative Libertät* a uma *Persönliche Freiheit*, como forma de evidenciar as diferenças.

Efetivamente, tanto com MONTESQUIEU como com HERDER, deu-se uma leitura liberal, onde a doutrina da partilha dos poderes ou do Estado sem povo, com seu caráter anti-absolutista eram encaradas como naturalmente liberais. Assim, todo conteúdo libertário-estamental é esvaziado em favor de um doutrina do Estado, cujas bases serviriam também ao conservadorismo<sup>36</sup>. Neste sentido - e aqui podemos buscar a motivação de MARX em deslocar o conservadorismo para o campo dea modernidade - não se poderia falar em ideologia reativa, em especial face à Revolução Francesa. Liquidada a fatura *feudal* - isso já em agosto de 1789 - a Revolução teria se constituído, para lá do entendimento ideológico-edificante, em um violento choque entre facções da própria burguesia. Não se trata de uma *derrapage* ou de uma fase *popular* da Revolução. Os diversos projetos intentados e as fases vividas resultariam do experimentalismo racionalista e abstrato, das lutas interburguesas. Assim, a Revolução Francesa não se explicaria nem por SOBOUL, nem por FURET e, sim, com BURKE. O conservadorismo não seria uma reação feudal, anti-burguesa à Revolução Francesa. Estaríamos face à uma reação das parcelas estabelecidas da própria burguesia. Em BURKE, GENTZ ou RANKE não há nenhum desejo de retorno ao passado: quer-se a ordem presente, sem as contradições então vividas. Muitas das idéias geradas ainda no seio do Iluminismo serão retomadas e incorporadas. A argumentação já utilizada contra o absolutismo régio será atualizada contra o absolutismo do povo. Na expressão de BURKE, nem tirania do rei, nem tirania da massa.

Evidentemente existe uma reação à Revolução Francesa: os que querem o passado, as dinastias, a aristocracia e os camponeses - reacionários, feudalizantes e legitimistas envolver-se-ão com o clericalismo militante, com a reconstrução da unidade do cristianismo, cuja a melhor expressão (embora não única) será DONOSO CORTÉS<sup>37</sup>. No limite, não hesitarão em apelar à violência, ao golpe, e mesmo à Revolução contra a ordem vigente, como na França da Terceira República<sup>38</sup>. Ao contrário dos conservadores estarão fora do campo da modernidade. Os primeiros, por sua vez deverão, com urgência, ser recuperados como um das vias da construção do mundo moderno.

Um retorno ao estudo do pensamento conservador afigura-se, hoje, como um procedimento fundamental. Num momento em que presenciamos a ressurgência do fascismo e, contraditoriamente, alguns afirmam com ênfase a indiferenciação dos campos políticos, devemos voltar-nos, com atenção, para as fontes de um rico filão do pensamento moderno<sup>39</sup>. Para além de vestígio de uma outra época, anterior a 1789, ou meramente reação ao Iluminismo, podemos vislumbrar no conservadorismo um corpo teórico articulado, musculoso e seminal, capaz de combinar apego à técnica e sonhos românticos sobre uma Idade Média que nunca existiu; racionalidade tecnológica e os mais profundos preconceitos sociais ou raciais, desenhando contradições que marcaram o século XX e ameaçam invadir o século XXI.

## NOTAS E REFERÊNCIAS

1. MANNHEIM, K. "Das Konservative Denkens": In: Archiv fuer Sozialwissenschaft, 57, H. 1-2, pp.68-142. 1927 e IDEOLOGIA E UTOPIA. Rio de Janeiro, Zahar, 1968 (1929)
2. Ver REILL, H.P. The German Enlightenment and the Rise of Historicism. Berkley, The University Press, 1975.
3. MANNHEIM, K. "Das Konservative Denkens", op. cit., p. 78.
4. Idem, op. cit., p. 81 e BURKE, E. Reflectons on the Revolution in France. Londres, J. Dodslev, the 5th, Ed., 1790.
5. MANNHEIM, op. cit., p. 87.
6. Idem, op. cit., p. 95.
7. Ver EPSTEIN, K. The Genesis of German Conservatism. Princeton, The University Press, 1966.
8. Idem, op. cit., p. 97.
9. Idem, op. cit., pp. 100-102.
10. Idem, IDEOLOGIA E UTOPIA... pp. 253-254
11. NISBET, Robert. TRADITION AND REVOLT. New York, Vintage Books, 1970, p. 121.
12. MARX, Karl. DAS MANIFEST DER KOMUNISTISCHEN PARTEI. Berlin, Marx-Engels Institut, 1970, p. 45.
13. Idem, p.44.
14. Idem, p.45.

15. Para uma discussão sobre o tempo e o dever ver HABERMAS, J.: *Bewusstmachende oder rettende Kritik. Zur Aktualität Walter Benjamins*. In: *Kultur und Kritik*. Frankfurt am Main, 1973, pp. 302-44.
16. NISBET, R. op. cit. p. 75
17. NISBET, R. Op. cit. pp. 75-76
18. V.D. GABLENTZ, O. "Reaktion und Restaration" In; SCHUMANN, H.-G. *KONSEVANTISMUS*, Frankfurt, Kiepenheuer, 1974, p. 79.
19. V.D. GABLENTZ, Otto, Op. cit. p. 84.
20. V.D. GABLENTZ, Otto, Op. cit. p. 84.
21. V.D. GABLENTZ, Otto, Op. cit. p. 79.
22. BENOIST, Allan de. *VU DE DROITE*. Paris, Albin Michel, 1975, p. XXIV.
23. MARX, K. Op. cit. p. 38.
24. Idem, op. cit. p. 40.
25. Idem, op. cit. p. 40.
26. Idem, op. cit. p., 43.
27. RIBHEGGE, W. "Konservantismus. Versuch zu einer Kritisch-historischen Theorie" In: *KONSERVANTISMUS*, op. cit. p. 122.
28. VALJAVEC, F. "Die Entstehung des europaeischen konservativismus" In: *KONSERVANTISMUS*, op. cit. p. 147.
29. WAHL, A. "MONTESQUIEU als Vrlaenfer von Aktion und Reaktion" In: *H.Z.*, 1912, 109, pp. 129-148.
30. HUNTINGTON, S. "Konservatismus als Ideologie" In: *KONSERVANTISMUS*, op. cit. p. 93.
31. SEIDMAN, Steven. *LE LIBÉRALISME ET LA THÉORIE SOCIALE EN EUROPE*. Paris, PUF, 1987 (1983), pp. 20 e 21.
32. BAUMER, F. *O Pensamento Moderno*. Lisboa, Ed. 70, 1977, p. 30.
33. Para a discussão do liberalismo alemão, seus limites e contradições, ver GALL, L. "Liberalismus u. bürgerliche Gesellschaft" In: *H.Z.*, 220, 1975, pp. 324-357 e, na mesma revista, "Die deutsche Liberalismus zwischen Revolution u. Reichsgründung", In: *H.Z.*, 228, 1979, pp. 98-108.
34. DILTHEY, Wilhelm. *TEORIA DAS CONCEPÇÕES DO MUNDO*. Lisboa, Edições 70, 1992, em especial Parte II, pp. 107-160.
35. BARUDIO, Guenter. *DAS ZEITALTER DES ABSOLUTISMUS UND DER AUFKLAERUNG*. Frankfurt, Fischer, 1981.
36. VON RAUMER, K. "Absoluter Staat, Korporative Libertaet, persoenliche Freiheit" In: HOFMANN, H.H. *DIE ENTSTEHUNG DES MODERNEN SOUVERAENEN STAATES*, Frankfurt, Kiepenheuer, 1967, p. 173.
37. DONOSO CORTÉS, J. *ENSAYO SOBRE EL CATOLICISMO, EL LIBERALISMO Y EL SOCIALISMO*. Buenos Aires, Americalle, 1943 (1851).
38. IGLÉSIAS, Francisco. "Estudo sobre o pensamento reacionário: Jackson de Figueiredo". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, V. II, nº. 2, 1962, pp. 3-52.
39. VEBLEN, Thorstein. "A Alemanha Imperial e a Revolução Industrial" In: *Os Pensadores*, São Paulo, Abril, 1974, pp. 265-276.